

NOTA DE IMPRENSA

Proposta da IL sobre voos de serviço público

Parlamento vai ouvir Ministério das Infraestruturas, ANAC e outras dezenas de entidades

O Parlamento dos Açores vai chamar a pronunciar-se sobre a proposta da Iniciativa Liberal relativa à separação dos concursos públicos de transporte aéreo de passageiros entre o Continente e as gateways das ilhas do Faial, Pico e Santa Maria e as obrigações de serviço público entre as rotas de São Miguel e Terceira para o Funchal, o Ministério das Infraestruturas, a ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil), o Governo Regional e a administração da SATA, entre outros pareceres escritos que serão solicitados a diferentes parceiros sociais.

Em causa está a análise do Projeto de Resolução apresentado pelo Deputado da IL/Açores, Nuno Barata, que visa o lançamento de concursos públicos internacionais separados para os serviços de transporte aéreo regular entre o continente e as gateways não liberalizadas e no caso das ligações aéreas entre os Açores e a Madeira.

Esta quinta-feira, em reunião da Comissão Parlamentar de Economia, os Deputados Regionais determinaram, por unanimidade, ouvir, presencialmente, ou o Ministro João Galamba ou o Secretário de Estado dos Transportes, a ANAC, o membro do Governo Regional competente em matéria de transportes e a administração da SATA, uma vez que tem sido a Azores Airlines a assegurar, desde 2015, as ligações aéreas de Lisboa para Faial, Pico e Santa Maria.

Para além das audições presenciais, os parlamentares vão solicitar pareceres por escrito ao Grupo do Aeroporto do Faial, ao Grupo do Aeroporto do Pico, à Associação LPAZ (do Aeroporto de Santa Maria), aos Presidentes das Câmaras Municipais de Horta e Vila do Porto e à Associação de Municípios da Ilha do Pico, aos Conselhos de Ilha do Faial, Pico e Santa Maria, às Câmaras do Comércio de Indústria da Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, à ACIP (Associação Comercial e Industrial da ilha do Pico) e à ACRA (Associação de Consumidores da Região Açores).

Recorde-se que a iniciativa que suscita todas estas audições e pedidos de pareceres é um Projeto de Resolução dos liberais açorianos que recomenda ao Governo Regional que diligencie junto da ANAC e do Ministério das Infraestruturas para que as Obrigações de Serviço Público (OSP's) de transporte aéreo regular sejam lançadas por rotas, abrindo-se “a possibilidade para que mais companhias aéreas possam concorrer” à exploração dos serviços aéreos, “em vez de impingir a obrigação de a mesma companhia assegurar o serviço para todas as rotas em simultâneo”.

Trilhando um caminho que a IL defende ser no sentido da liberalização de todo o espaço aéreo regional nas ligações com o exterior, a recomendação que Nuno Barata defende pretende ainda que, “até ao lançamento do concurso público internacional conducente à atribuição das futuras obrigações de serviço público, sejam realizadas campanhas de captação de mais companhias aéreas para estas rotas (Pico, Faial, Santa Maria e Funchal), no sentido de verificar o potencial da sua liberalização total, conforme já implementado nas *gateways* das Lajes e de Ponta Delgada”.

Os liberais açorianos frisam que “nada garante que colocando as rotas, per si, a concurso, não surjam, para além da Azores Airlines, outras companhias aéreas interessadas, por exemplo, apenas na rota do Pico, ou nas rotas do Pico e do Faial, mas não interessadas em voar para Santa Maria ou

para o Funchal. Como nada garante que o contrário também não possa acontecer”, pelo que, entendem, esta separação de rotas pode mostrar o potencial de interessados em voar (ou não) para outras ilhas da Região.

“Este exercício pretende apenas chamar a atenção para a pertinência de trabalhar com a ANAC e com o Governo da República, no sentido de serem lançados concursos públicos internacionais separados para cada uma das rotas de serviço público que serão colocadas no mercado, como forma de alargar a qualidade do serviço prestado aos Açorianos e aos passageiros que venham a ser servidos nas diferentes rotas. Tal possibilidade não impede, de todo, que venha a ser a mesma companhia aérea a assegurar as obrigações de serviço público de transporte aéreo regular de passageiros para todas as rotas”, defende a IL.

Os liberais açorianos salientam que a “adoção de todas as medidas necessárias para garantir a prestação de um serviço que satisfaça normas estabelecidas de continuidade e coesão, regularidade e capacidade, mantendo a política tarifária que protege os passageiros residentes, assegurando que a(s) transportadora(s) aérea(s) garanta(m) a qualidade que se almeja na exploração dessas rotas, é o desiderato que se propõe seguir”.

Recomendações

Assim, o Projeto de Resolução que Nuno Barata apresentou visa que “o Governo Regional:

1. Diligencie junto da ANAC e do Ministério das Infraestruturas para que as obrigações de serviço público para os serviços aéreos regulares entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, sejam lançadas por rota, isto é, que sejam lançados concursos públicos internacionais separados para cada uma das rotas de serviço público que serão colocadas no mercado, como forma de alargar a qualidade do serviço prestado aos Açorianos e aos passageiros que venham a ser servidos nas diferentes rotas;
2. Diligencie no sentido que se mantenha assegurada, nos concursos para as rotas do Faial e do Pico, a possibilidade de alternância de destino para o aeroporto da ilha mais próxima por condições atmosféricas adversas, assegurando-se também o pagamento da ligação marítima entre a ilha de destino e aquela para a qual o voo estava inicialmente programado.
3. Diligencie no sentido que sejam asseguradas, no mínimo, duas frequências semanais (no Inverno IATA) e três frequências semanais (no Verão IATA), de ida e volta, em dias não consecutivos, nas rotas lançadas a concurso, acabando-se com a possibilidade de algumas das rotas serem servidas por voos combinados com outros destinos.
4. Diligencie por si e articuladamente junto do Governo da República, das entidades competentes em matéria de aviação e das entidades (regionais e nacionais) especificamente dedicadas à promoção turística e à captação de novos *players* e mercados, no sentido de que, até ao lançamento do concurso público internacional conducente à atribuição das futuras obrigações de serviço público de transporte aéreo regular para as rotas em causa, serem realizadas campanhas de captação de mais companhias aéreas para estas rotas, no sentido de verificar o potencial da sua liberalização total, conforme já implementado nas *gateways* das Lajes e de Ponta Delgada”.

Açores, 18 de maio de 2023

Assessoria da Representação Parlamentar Iniciativa Liberal Açores
Pedro Ferreira – 96 23 58 905 – pferreira@alra.pt